

Infância, educação popular e movimentos sociais: pesquisa sobre pesquisas

Ademilson de Sousa Soares¹

Resumo

O texto examina as condições de produção de base de dados sobre pesquisas para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil, identificando estudos realizados sobre a relação entre infância, educação popular e movimentos sociais. O trabalho é de natureza teórica e bibliográfica e se situa no campo da metapesquisa, ou seja, trata-se de uma pesquisa sobre pesquisas. Um total de 2.246 trabalhos acadêmicos foi catalogado, sendo 1.055 dissertações (46,97%), 395 teses (17,58%), 395 trabalhos da ANPEd (17,58%) e 401 artigos (17,87%). Desse conjunto, apenas seis pesquisas tematizam especificamente a relação entre educação popular, movimentos sociais e infância. Concluímos que a metapesquisa e a utilização de bases de dados são estratégias relevantes para valorizar, fortalecer e qualificar as investigações que estamos conduzindo nas universidades brasileiras e em outros centros de pesquisa.

Palavras-chave

Infância. Educação. Metapesquisa. Educação Popular. Movimentos sociais.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; estágio pós-doutoral na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil; professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: pacossoares65@gmail.com.

Childhood, popular education and social movements: a research about researches

Ademilson de Sousa Soares²

Abstract

The text examines the conditions of database production on research for, with and about children, childhood and Early Childhood Education, identifying studies conducted on the relationship between childhood, popular education and social movements. The work is theoretical and bibliographic in nature and is located in the field of metaresearch, which is a research about researches. A total of 2,246 academic papers were catalogued, including 1,055 dissertations (46.97%), 395 theses (17.58%), 395 ANPEd papers (17.58%) and 401 articles (17.87%). Of this collection, only six studies specifically had as a theme the relationship between popular education, social movements and childhood. We conclude that metaresearch and the use of databases are relevant strategies to value, strengthen and qualify the investigations we are conducting in Brazilian universities and other research centers.

Keywords

Childhood. Education. Metaresearch. Popular Education. Social movements.

² Doctor in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; postdoctoral internship at the Pontifical Catholic University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Faculty of Education of the Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. E-mail: pacosoaes65@gmail.com.

Introdução

A metapesquisa ou pesquisa sobre as pesquisas que analisam a problemática da relação entre as crianças e as infâncias delas no contexto da educação popular e dos movimentos sociais em dissertações, teses, artigos científicos e trabalhos completos apresentados em Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) entre os anos de 2006 e 2021 revela poucos estudos que tematizam essa questão.

Para esse texto, voltamos à base de dados da pesquisa sobre infância e educação que foi construída e organizada inicialmente a partir das palavras criança, infância, e educação infantil. Catalogamos e analisamos o total de 2.246 (dois mil duzentos e quarenta e seis – 100%) trabalhos analisados, sendo 1.055 (um mil e cinquenta e cinco – 46,97%) dissertações; 395 (trezentas e noventa e cinco – 17,58%) teses; 395 (trezentas e noventa e cinco – 17,58%) trabalhos da ANPEd; e 401 (quatrocentos e um – 17,87%) artigos científicos. Nesse conjunto de trabalhos no campo dos estudos da infância encontramos apenas 6 (seis) estudos que versam especificamente sobre a relação entre infância, educação popular e movimentos sociais. A dissertação de Barbosa (2018); a tese de Rosa (2011); os trabalhos completos apresentados na ANPEd de Santos (2015), Tavares (2015), Macedo e Alencar (2021); e o artigo científico de Maudonnet (2020).

Consideramos que a formação de pesquisadores iniciada na graduação tem seu primeiro passo importante na escrita da dissertação de mestrado. O segundo passo é a tese de doutorado, momento em que a elaboração do problema de pesquisa e a formulação de possíveis respostas demandam maior amadurecimento dos envolvidos. A ANPEd é um espaço de socialização da produção acadêmica por meio dos 23 (vinte e três) Grupos de Trabalho (GTs) de nossa associação de pós-graduação e de pesquisa. A validação interna de nossas pesquisas deve ser seguida pela busca de validação externa, e a submissão/apresentação de trabalhos na ANPEd, após cuidadosa apreciação dos textos submetidos pelos diferentes comitês científicos, é parte relevante desse processo. A publicação e a divulgação mais amplas das pesquisas após a produção de relatório, acontecem nas revistas acadêmicas no campo da educação. É um processo de formação que começa no mestrado, passa pelo doutorado e consolida-se na ANPEd e nas publicações em diversos espaços, inclusive em nossas revistas.

A escolha dessas palavras-chave para a composição da base de dados das pesquisas para, com e sobre³ criança, infância e Educação Infantil que mobilizou a metapesquisa se justifica em função do objetivo de fazer um mapeamento geral das pesquisas e não de identificar estudos que abordam temáticas mais específicas. O campo da educação infantil, como primeira etapa da educação básica no Brasil, ofertada para crianças de zero a cinco anos e oito meses, conforme definido na legislação brasileira, solicita de quem atua na área o domínio de conhecimentos sobre as crianças e suas infâncias. A palavra-chave criança se refere à experiência concreta de cada criança como sujeito histórico marcado por especificidades sociais, econômicas, políticas e culturais. Essa experiência concreta é estudada por historiadores, psicólogos, antropólogos, sociólogos, médicos etc. A descrição da multiplicidade de vivências das crianças orienta nossas elaborações teóricas sobre a infância.

Já a palavra infância, como categoria estrutural e estruturante, é entendida como um conceito abstrato que se refere às crianças em geral. Essa conceituação “universal” da infância é formulada por filósofos, psiquiatras, psicanalistas, economistas, juristas, sociólogos da infância etc. A análise teórica e conceitual que elaboramos sobre as infâncias em situações concretas orienta as relações concretas que estabelecemos com as crianças em diversos contextos sociais. No entanto, sabemos que o termo infância não tem significado óbvio, pois é definido historicamente e não corresponde a uma categorização natural e/ou universal.

Sem pretender esgotar o assunto e suas possíveis abordagens, organizamos esse texto em três partes, procurando indagar 1) sobre as formas que interagimos e nos comunicamos; 2) sobre como manejamos códigos de fala, língua e linguagem; e 3) sobre como etnografia e história permitem contar os passos que seguimos até aqui, quais códigos adotamos e que são escritos, falados ou não-ditos, pois línguas e linguagens são fatos sociais, dentre outros. Na primeira parte, contextualizamos os estudos sobre criança, infância e educação infantil no contexto das pesquisas na área de ciências humanas e sociais. Na segunda parte, apresentamos alguns aspectos da pesquisa de Rocha (1999; 2010) sobre o campo da Educação Infantil para identificar possibilidades já exploradas e consolidadas entre os pesquisadores e sinalizar lacunas e demandas entre as quais se situa a relação entre infância, movimentos sociais e educação popular. Finalmente, na terceira parte, aprofundamos reflexões sobre a utilização de base de dados como ferramenta para o fortalecimento da metapesquisa e das pesquisas sobre

³ “As pesquisas para criança, infância e educação infantil se beneficiam principalmente dos aportes teóricos dos campos da pedagogia, educação, direito e política. As pesquisas com criança, infância e educação infantil se beneficiam principalmente dos aportes teóricos dos campos da sociologia, antropologia e psicologia. As pesquisas sobre criança, infância e educação infantil se beneficiam principalmente dos aportes teóricos dos campos da filosofia, história e linguística” (SOARES, 2020, p. 16).

pesquisas como estratégia para valorizar, fortalecer e qualificar as investigações voltadas para as crianças, suas infâncias e a Educação Infantil que estamos conduzindo nas universidades brasileiras e em outros centros de pesquisa. As indagações e os caminhos percorridos devem sempre visar produzir novos saberes a partir da relação entre base teórica e metodológica, garantindo maior aproximação das pesquisas educacionais com as práticas escolares (SOARES, 2017).

As pesquisas sobre infância e educação no contexto das ciências humanas

Levantamentos, mapeamentos e diagnósticos são importantes ferramentas para um exame crítico necessário das pesquisas já desenvolvidas e em desenvolvimento. Conhecer o estado da arte e o estado do conhecimento dos estudos da infância, nesse sentido, é fundamental. Oliveira (2019), CGEE (2020), Pinto, Batista e Batista (2021) mostram que a realização e o diagnóstico de pesquisas são importantes maneiras de fazermos prognósticos sobre o desenvolvimento das pesquisas científicas nas áreas de ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras, e artes, as chamadas CHSSALLA. Isso porque as contribuições do campo de investigação são decisivas para a continuidade da política científica e educacional no Brasil. No caso das pesquisas sobre criança, infância e educação infantil somos mobilizados no sentido de compreender a organização, o comportamento, a comunicação e a linguagem daqueles que produzem conhecimento nesse campo de estudos. Com a cultura popular, aprendemos que para educar uma criança é preciso uma aldeia inteira. Com a cultura científica, aprendemos que para conhecer as crianças e suas infâncias precisamos articular saberes oriundos de áreas diversas, tais como educação, política, antropologia, história, geografia, filosofia, arqueologia, sociologia, psicologia, teologia, administração, economia, arquitetura, urbanismo, economia doméstica, direito, ciência da informação, planejamento urbano e regional, comunicação, serviço social, demografia, turismo, desenho industrial, linguística, letras, artes e museologia. O trabalho integrado e coletivo de todas as ciências possibilita maior e melhor compreensão das pessoas, das coisas e do mundo em que vivemos (CGEE, 2020).

O relatório CHSSALLA (CGEE, 2020) indica que os estudos sobre infância e educação infantil compõem o quadro geral das pesquisas na grande área das ciências humanas, sociais, sociais aplicadas, letras, linguística e artes. O relatório destaca estudos sobre planejamento, espaços públicos, parques, arquitetura e paisagens urbanas na promoção da saúde e de culturas coletivas, pois excessivos contatos com aparelhos eletrônicos têm adoecido crianças e famílias, e o contato e o convívio em espaços naturais e abertos são decisivos para o desenvolvimento

pleno das crianças e para a promoção da saúde. No relatório CHSSALLA, a educação em geral e a educação infantil em especial foram citadas em 8.921 (oito mil, novecentos e vinte e um) resumos analisados, sendo observado que as pesquisas do campo educacional aparecem ainda em 43.027 (quarenta e três mil e vinte e sete) relações semânticas (CGEE, 2020).

Afinal, como organizamos a nossa comunidade de investigação? Como interagimos e como nos comunicamos? Como manejamos nossos códigos de fala, língua e linguagem? A etnografia e a história nos ajudam a contar os passos que seguimos até aqui, nos ajudam a compreender que tais códigos são documentos escritos, falados ou não-ditos, em que língua e linguagem, se são fatos sociais, dentre outros. Se há dimensões psíquicas e sociais em nossas formas de interação e de comunicação não seria razoável isolarmos as diferentes materialidades e codificações, pois o essencial da língua, por exemplo, é estranho ao caráter fônico do signo linguístico. A nossa pesquisa sobre as pesquisas desenvolvidas para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil busca se somar a esse esforço de mapear e de diagnosticar os estudos realizados no Brasil em diferentes universidades e centros de pesquisa por diversos pesquisadores e pesquisadoras. Por que o estudo sobre crianças e suas infâncias é importante?

A pesquisa do Soares (2016) evidenciou que nascem três crianças a cada segundo no mundo, totalizando o nascimento de 180 crianças por minuto. Do total de aproximadamente 7 bilhões de habitantes do planeta, cerca de 2 bilhões são crianças, ou seja, 28,5% dos humanos na Terra são crianças. É um expressivo percentual. Diante disso, seria uma absoluta contradição se a maioria dos países do mundo não declarasse aberta intenção de cuidar das crianças e de defender os seus direitos. No entanto, é sabido que muitas dessas crianças sofrem com doença, fome e violência. Dados da ONU indicam que, se nada for feito contra a iniquidade e a injustiça até 2030, cerca de 167 milhões de crianças viverão na extrema pobreza; 60 milhões de crianças em idade escolar estarão fora da escola; e 69 milhões de crianças menores de 5 anos morrerão entre 2016 e 2030 (ONU/UNICEF, 2016). Entre migrantes e nas áreas de guerra a situação se agrava. Nas áreas de guerras e de conflitos, as correntes migratórias e a pobreza aumentam, fazendo com que as crianças sejam as mais atingidas. Na Síria, por exemplo, cerca de 250 mil menores vivem sitiados e afetados por bombardeios e ataques aéreos.

A organização Save the Children mostra o grande impacto social e psicológico sobre as crianças decorrente da guerra e da falta de alimentos, de medicamentos e de água potável. Após entrevistar mães, pais e crianças, essa organização produziu relatórios assinalando o ambiente de medo, agressão, depressão, fome, frio e desnutrição em que vivem as crianças. A omissão mundial diante da tragédia da guerra faz aumentar o sofrimento das crianças, pois nem mesmo

as escolas e os hospitais deixam de sofrer duros ataques decorrentes dos conflitos armados (SAVE THE CHILDREN, 2016).

Estudos sobre migração, como o de Reis (2006), revelam que temos no mundo 190,6 milhões de imigrantes. As correntes migratórias afluem dos chamados países pobres para os chamados países ricos e impactam nos campos dos serviços públicos, da economia, sociologia, educação, demografia e política. O mesmo sistema econômico mundial que incentiva as migrações busca medidas de controle e de exclusão dos imigrantes ilegais. Os mesmos empresários que antes acolhiam e exploravam a mão-de-obra dos ilegais passam a persegui-los e estigmatizá-los. Como oferecer serviços públicos de saúde e de educação, por exemplo, para crianças ilegais ou para filhos de ilegais?

Os casos que envolvem as crianças em delitos virtuais, apologia a drogas, incitação à violência, crime contra a vida, pornografia infantil, agressão e violência contra mulheres, e outros preocupam os pesquisadores. No ano de 2018, foram 133.732 queixas registradas pelo Ministério Público Federal e divulgadas em documento produzido em parceria com a Safernet Brasil, organização que defende os direitos humanos na internet. Após participar de evento em que denunciou campanhas de ódio na rede mundial de computadores, Thiago Tavares, presidente da Safernet Brasil, relata ter sofrido ameaças, inclusive ameaças de morte. Além disso, um funcionário da organização foi abordado de forma violenta por quatro criminosos armados e sofreu sequestro relâmpago. A organização tem evidências de que o *laptop* utilizado pelo presidente da empresa foi contaminado pelo *malware pegasus*, utilizado para espionar ativistas e jornalistas de direitos humanos de forma ilegal. Diante dos riscos e das ameaças, Tavares se refugiou na Alemanha desde o mês de novembro de 2021 (ESTADÃO, 2021).

As situações de descaso, agressão e violência que atingem as crianças em delitos virtuais e/ou reais, em pandemias e situações de desastre (RAMOS *et al.*, 2021), devem preocupar toda a sociedade em geral e aqueles que atuam na gestão, militância, docência e pesquisas voltadas para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil. Instituições como Save The Children, Safernet Brasil, Rede Nacional da Primeira Infância, dentre outras, são parceiras nesse sentido.

Pesquisas acadêmicas sobre criança, infância e Educação Infantil

As pesquisas de Rocha (1999; 2010), que mapearam a produção acadêmica e científica voltada para a educação das crianças de zero a seis anos em instituições de Educação Infantil, permitem identificar e analisar a movimentação de diversas áreas e subáreas na produção desse conhecimento em torno daquilo que a autora nomeou como pluralidades semânticas das

pedagogias, psicologias, sociologias, filosofias, etc., que revelam a um só e ao mesmo tempo práticas de imposição cultural sobre as crianças e práticas de criação e de recriação da produção humana realizadas pelas crianças. Nesse sentido, Rocha argumenta em prol da construção e de uma pedagogia da educação infantil no âmbito de uma pedagogia da infância. Para isso, as pesquisas sugerem a contestação de padrões de homogeneidade delimitada por recorte etário, por exemplo, e a valorização das múltiplas formas de pertencimento social da criança como sujeito histórico concreto e não como um vir-a-ser no futuro.

A análise do percurso das pesquisas sobre educação infantil na ANPEd evidencia, conforme o estudo de Rocha (2010), temáticas, teorias, metodologias privilegiadas, áreas científicas e cruzamentos disciplinares. Segundo a autora, a pressão política em torno da demanda por educação infantil sempre esteve presente nos trabalhos analisados. Os estudos buscam articular a produção do conhecimento na área e reflexões que conduzem às definições das políticas públicas. Nesse sentido, as pesquisas acompanham de perto a formulação das políticas educacionais voltadas para a educação infantil nos últimos trinta anos.

Apesar do relativo desprestígio da temática nos trabalhos de pós-graduação em Educação no Brasil, as pesquisas desenvolvidas indicam o aprofundamento e a consolidação dos aportes teórico-metodológicos que orientam os pesquisadores. Inúmeros fóruns para discussões e debates dos problemas e das políticas públicas voltadas para a área são estudados como parte do processo de lutas pela efetivação do direito das famílias e das crianças à educação infantil de qualidade.

A intenção desse estudo que investiga pressupostos epistemológicos é mapear as pesquisas para, com e sobre criança, infância e educação infantil no sentido de identificar e analisar temas, teorias, metodologias, áreas/disciplinas predominantes, abordagens emergentes e possíveis diálogos interdisciplinares tecidos nas fronteiras entre produção de conhecimento, práticas pedagógicas e políticas públicas. Nos últimos quarenta anos no Brasil, os processos de luta pela efetivação do direito das crianças e das famílias à educação infantil de qualidade marcam esse movimento nas ações cotidianas e nas pesquisas. Na esteira dos trabalhos de Rocha (1999; 2010), o estudo caracteriza-se como metapesquisa ou pesquisa sobre pesquisa, que se distingue dos estudos de revisão, de estados da arte ou estados do conhecimento.

A agenda de pesquisas sobre Educação Infantil entre as décadas de 1970 e 1980 era dominada pelo destaque de temas relacionados ao desenvolvimento das crianças que frequentavam a pré-escola e pela discussão da privação cultural das crianças de baixa renda. Já na passagem para a década de 1990, conforme aponta o estudo de Rocha (2010), a agenda das pesquisas se volta para a análise das políticas para a infância e para a Educação Infantil como

etapa educacional anterior ao ensino fundamental. Os pesquisadores buscam acompanhar e discutir em seus estudos a ampliação das redes públicas de creches e de pré-escolas no país e se vinculam às lutas políticas em prol dos direitos das crianças após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). O final dos anos 1990 e o início da primeira década do século 21 são marcados pelo intenso debate na área sobre os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil. As pesquisas buscam definir as funções socioeducativas das creches e das pré-escolas a partir da articulação entre dimensões pedagógicas e dimensões contextuais de uma determinada proposta curricular. Essa articulação supõe uma crítica contundente à “imposição de modelos de escolarização tradicionais e à centralidade da dimensão cognitiva” (ROCHA, 2010, p. 160).

As pesquisas sinalizam teorias, conceitos e pressupostos epistemológicos que buscam associar a perspectiva educativa da criança pequena às interações sociais e culturais dela, aos jogos, às brincadeiras e às diferentes linguagens que definem o sujeito e formas de expressão dele. Nessa perspectiva, professores, pesquisadores, gestores e militantes da área apontam a necessidade de uma matriz curricular que orienta o processo de aprendizagem e que ressalta as dimensões dialógica e social da relação com as crianças. Para isso, é de fundamental importância conhecer a realidade concreta das crianças, de suas famílias e dos contextos coletivos de educação, o que supõe uma postura crítica que evite isolar o indivíduo a partir de um horizonte de normalidade. Se para educar uma criança é preciso “uma aldeia inteira”, para conhecer a criança é preciso se apropriar de diversos pressupostos teóricos e metodológicos.

As determinações socioculturais são interpretadas a partir da atenção às manifestações da criança e de sua cultura marcadas pelo pertencimento de classe social, de etnia, gênero e raça. Essa perspectiva exigiu o alargamento das pesquisas no campo da educação infantil, superando as metodologias convencionais que se concentravam no estudo das crianças, da infância e de sua educação, tomando como fonte, sobretudo, as famílias, os profissionais e os processos pedagógicos. Entre 1997 e 2006, intensifica-se a produção em torno de uma concepção de infância como categoria social, incorporando dimensões discursivas, representações, expressões e significações em diálogo com autores clássicos de referência, com autores contemporâneos e com estudos nacionais recentes. Segundo Rocha (2010), raramente se toma um único autor de forma exclusiva. Dentre os autores que mais se destacam, podem ser citados: Sarmiento, Prout, Becchi, Fernandes, Geertz, Mead, Bakhtin, Foucault, Deleuze etc.

Metodologicamente, as pesquisas etnográficas têm predominado recentemente. Essa orientação metodológica define-se a partir de uma maior permanência no campo para observações, registros, notas de campo, filmagens, fotografias, desenhos etc. A partir desse tipo

de pesquisa, a identificação de relações, ações e significações dos sujeitos envolvidos em instituições de educação da primeira infância representou uma mudança significativa em relação a metodologias de décadas anteriores, chamadas genericamente de qualitativas, centradas em procedimentos que envolviam análise de documentos, observações, entrevistas e questionários. Tais instrumentos de pesquisa em geral não se dirigiam às crianças e eram endereçados aos sujeitos-adultos: administradores, gestores, famílias, profissionais etc.

A pesquisa de cunho etnográfico redimensiona qualitativamente os trabalhos da área. Isso não significa, entretanto, dos procedimentos mais convencionais das pesquisas em educação, pois ainda permanecem recorrentes e influentes na área as metodologias de pesquisas centradas na análise de conteúdo para estudos de políticas, de projetos pedagógicos e da produção acadêmica em educação infantil (ROCHA, 2010). Além disso, pesquisas que procuram associar simultaneamente processo investigativo, ação e intervenção a partir da ênfase em metodologias pedagógicas envolvendo brincadeiras, imaginação e outras dimensões expressivas se fazem presentes na área.

Recentemente, há um fortalecimento das pesquisas que conceituam a criança como sujeito social, produtor e reproduzidor de cultura e de história, como sujeito ativo com importante papel na sua própria educação. A criança está inserida em determinada cultura e apropria-se ativamente dela e contribui para a sua produção. Essa perspectiva dá ênfase à dimensão social, mas “admite que os significados são socialmente transmitidos, mas também são elaborados e transformados pela ação humana” (ROCHA, 2010, p. 164). A brincadeira e a cultura são aqui tomadas como foco para compreender esses processos e as diferentes formas de ser criança e de viver a infância nos contextos de educação coletiva, apresentando desdobramentos para práticas pedagógicas e dando prosseguimento à constituição de um campo pedagógico da infância (ROCHA, 2010).

Nos estudos sobre infância na ANPEd, divulgados entre 1997 e 2002, há predominância da Filosofia. Em segundo lugar, Educação. Na década anterior, predominou a Psicologia. Entre 1990 e 1996, no total de trabalhos apresentados, observa-se que o cruzamento mais frequente foi entre Educação e Psicologia, seguido de Educação e História, e Educação e Linguagem. Cruzamentos menos frequentes envolveram áreas como: Antropologia, Artes, Serviço Social, Ciências Políticas, Comunicação e Arquitetura. Nos últimos cinco anos, segundo Rocha (2010), observa-se expressivo esforço no sentido de estabelecer novos cruzamentos disciplinares evidenciando confrontos, disputas, recomposições, consensos em torno de políticas, teorias, conceitos e compreensões semânticas da infância, da criança e da educação infantil, destacando-se a expressiva interface entre Educação e Sociologia.

A base teórica da área é fruto de inúmeros cruzamentos interdisciplinares, com destaque para as áreas de Educação, do Direito e das Políticas Públicas. Com a História da Educação busca-se as origens dos sistemas. Com a Sociologia busca-se analisar relações sociais, de gênero, de raça e aspectos relativos à exclusão social. Rocha (2010) destaca a importância de se definir e de se consolidar caminhos que signifiquem indicações seguras. Indicações teóricas e metodológicas para as práticas e para as pesquisas e Educação Infantil precisam, segundo a autora, articular sujeitos e suas experiências às determinações estruturais e objetivas que constituem a realidade das crianças que vivenciam suas infâncias em diversos contextos sociais, religiosos, econômicos, culturais etc. O mapeamento de pesquisas e de práticas, possibilitado por meio de uma metapesquisa, pode contribuir nesse sentido.

Foi no diálogo com os estudos de Rocha (1999; 2010) que iniciamos a construção da base de dados do campo da infância entre os anos de 2006 e 2021 que conta com 2.246 trabalhos catalogados, sendo 1.055 dissertações de mestrado; 395 teses de doutorado; 395 trabalhos da ANPEd; e 401 artigos publicados em revistas⁴ acadêmicas que versam sobre criança, infância e educação infantil, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Pesquisa para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil

Base de dados	Totais	Média anual	Percentuais
Dissertações	1.055	66	46,97%
Teses	395	25	17,58%
Trabalhos da ANPEd	395	25	17,58%
Artigos em revistas	401	25	17,87%
Total	2.246	112	100 %

Fonte: O autor (2021).

A análise das dissertações que produzimos permite entender por onde começamos a nossa caminhada de investigação, pois é nessa produção de base que inicialmente aparecem os

⁴ As revistas utilizadas foram: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), Educação em Revista (UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais), Educação e Pesquisa (USP – Universidade de São Paulo), Educação e Realidade (UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Educação & Sociedade (Unicamp – Universidade de Campinas), Educar em Revista (UFPR – Universidade Federal do Paraná), Revista Ensaio (Fundação Cesgranrio), Paideia (USP), Pro-posições (Unicamp), Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS), Revista Brasileira de Educação (ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e Revista Lusófona de Educação

sinais de nossas pesquisas. O exame das teses, por sua vez, sinaliza os passos mais consistentes e os posicionamentos próprios de cada pesquisador. Como afirma SOARES (2020), a dissertação é a porta de entrada para a formação do pesquisador e a tese é a porta de saída, ou seja, na conclusão do doutorado, um ciclo formativo iniciado no curso de graduação fica concluído.

Os resultados das pesquisas precisam ser divulgados para além da comunidade acadêmica envolvida nos grupos de pesquisa, na produção de relatórios, nas bancas e nas defesas públicas dos trabalhos desenvolvidos. Um espaço privilegiado de compartilhamento de nossos estudos são as Reuniões Nacionais e Regionais da ANPEd. Entender os trabalhos ali apresentados é entender a movimentação dos pesquisadores em direção ao julgamento crítico de suas produções pela comunidade científica para além de suas unidades de origem. Ao submeter um texto à análise dos colegas da Anped, estamos nos submetendo ao crivo analítico de profissionais já mais experimentados na Academia e nas produções científicas. Já a publicação de artigos em revistas qualificadas é um passo a mais na caminhada acadêmica dos pesquisadores.

Para quem atua no campo das pesquisas educacionais é fundamental, como alerta Charlot (2006), termos em mente nosso ponto de partida em relação à memória coletiva já construída. Nas ciências da educação é preciso saber de onde partem nossas investigações para propor novas formas de começar. Assim, é imprescindível antes, durante e depois de pesquisar, não esquecer caminhos já trilhados para perspectivar o futuro dialogando com o passado. O conhecimento da memória coletiva das pesquisas já realizadas é um dos objetivos das pesquisas sobre pesquisas. Mas afinal o que significa uma metapesquisa dos estudos da infância? É o que trataremos a seguir.

Metapesquisa sobre infância e educação: a consolidação da base de dados

Mainardes (2021) propõe uma conceituação da metapesquisa a partir dos estudos de Langhinrichsen-Rohling (2006) e Ioannidis *et al.* (2015), argumentando que é necessário distinguir a metapesquisa (*meta-research*), como pesquisa sobre pesquisa, do metaestudo (*meta-study*) e da metassíntese (*metasynthesis*). Além disso, é preciso considerar que a pesquisa sobre pesquisa é diferente dos estudos que propõem a produção de meta-análises e dos estudos de revisão, tais como revisão de literatura, revisão sistemática, estado do conhecimento e estado da arte.

Da mesma maneira que metalinguagem, definida como linguagem utilizada para formalizar/descrever outra linguagem, a metapesquisa, definida como pesquisa sobre pesquisas, busca explicar o processo de pesquisa sobre um campo ou uma área ou um tema. Quais métodos são utilizados por metapesquisadores? Como os dados são selecionados, organizados, construídos e apresentados? Como os resultados da metapesquisa são analisados e interpretados? De acordo com Mainardes (2021, p. 20), os metapesquisadores “utilizam-se de uma grande variedade de métodos para estudar como a pesquisa é realizada e interpretada, com a finalidade de atingir uma compreensão rigorosa do que torna a pesquisa confiável e como pode ser fortalecida”.

O objetivo da metapesquisa inclui, portanto, a análise e a compreensão rigorosa, que indicam a maior ou menor confiabilidade dos caminhos de pesquisa adotados por um conjunto de pesquisadores. Para isso, a análise crítica produzida no âmbito da metapesquisa possibilita o exame detalhado 1) de como as pesquisas são concretamente realizadas e dos métodos utilizados; 2) de como os resultados são apresentados e divulgados a partir dos relatórios de pesquisa; 3) de como as pesquisas podem ser verificadas garantindo ou não a sua reprodutibilidade; 4) de como os resultados alcançados são problematizados, discutidos e avaliados; e 5) de como os pesquisadores são reconhecidos através de incentivos financeiros e de status social e acadêmico.

A literatura sobre metapesquisa mostra ainda que a pesquisa sobre pesquisas busca produzir resultados mais úteis e confiáveis; garantir mais eficiência; evitar desperdício de tempo; defender o conhecimento científico; identificar evidências, evitando vieses nas pesquisas; produzir sínteses para ampla divulgação de informações científicas; contribuir com o aumento da confiabilidade dos resultados; orientar pesquisas futuras; possibilitar conclusões teóricas mais gerais; facilitar aplicação dos resultados em problemas práticos, administrativos e políticos; promover a formação de teorias em torno de um campo, área ou disciplina (MAINARDES, 2021).

Para diferenciar metapesquisa de metaestudo, Mainardes (2021) apresenta a conceituação de metaestudo como uma forma de sintetizar e integrar resultados de um conjunto de estudos por meio de amostragens. Esse tipo de estudo é complexo, é de natureza qualitativa, envolve estratégias amplas, abrange metateoria, meta método e meta-análise de dados e, por isso, demanda o engajamento de equipes de pesquisadores para “verificar como um determinado estudo atendeu aos critérios de inclusão, bem como para realizar todas as análises que permitirão chegar à *metassíntese*” (MAINARDES, 2021, p. 17).

A abrangência e a profundidade de um metaestudo dependem do foco definido para a pesquisa, que podem ser os dados, as teorias ou os métodos. Quando um pesquisador trabalha com os dados primários e originais coletados e construídos por outros pesquisadores e se propõe a analisar, sintetizar e comparar os dados das pesquisas concluídas e divulgadas, ele realiza a meta-análise de dados. Quando ele tem a proposta de avaliar as metodologias empregadas em um campo de estudos, realiza meta método. Quando realiza o exame e a discussão das teorias empregadas nas pesquisas de um determinado campo, área ou disciplina, produz metateoria. Assim é a definição do foco do metaestudo que indicará o seu alcance, os critérios de inclusão das pesquisas a serem analisadas e possibilidades de produção de metassínteses.

Mainardes (2021) afirma ainda que uma metassíntese pode ser definida como proposta de uma síntese ampla e genérica de descobertas, tendo como fonte múltiplos relatos qualitativos que possibilitam novas interpretações e que resultam em “construção de teorias, de explicações teóricas e de descrições substantivas de fenômenos” (MAINARDES, 2021, p. 17). Como não há, nesse tipo de pesquisa, orientações fechadas e definitivas de como desenvolver os projetos de estudos, observa-se o uso de uma variedade de metodologias para a produção de metassíntese, entendida como o resultado de metaestudos que objetivam sintetizar os resultados de um conjunto de pesquisas sobre um determinado tema.

Outra distinção conceitual proposta por Mainardes (2021) é entre metapesquisa, meta-análise e estudos de revisão. Enquanto a metapesquisa se define como pesquisa interdisciplinar preocupada em avaliar a produção acadêmica de um campo de pesquisas visando a melhoria e o aperfeiçoamento do “empreendimento científico”, a meta-análise busca através de uma abordagem estatística analisar e comparar os dados de pesquisa de dois ou mais estudos em torno de uma mesma questão. Já os estudos de revisão, tais como revisão de literatura, revisão sistemática, estado do conhecimento e estado da arte têm características próprias que os distinguem da metapesquisa.

Os estudos que propõem a revisão da literatura buscam identificar, selecionar e catalogar documentos publicados ou não sobre um determinado tópico. De acordo com critérios específicos, textos significativos são selecionados para exame e análise criteriosa visando a avaliação e a interpretação de “um corpo de conhecimentos já produzidos por outros pesquisadores” (MAINARDES, 2021, p. 18). O estudo de revisão possibilita a indicação de lacunas existentes, contribuindo para justificar a realização da pesquisa, demonstrando a validade da realização de novas pesquisas sobre a temática.

Os estudos que propõem a realização de revisão sistemática buscam identificar pesquisas relevantes sobre uma determinada questão. Através da utilização de banco de dados

da literatura já existente, realizam análise crítica, exaustiva e abrangente. A sistematização empreendida na revisão pretende evitar vieses (*bias*) que poderiam ocorrer em uma revisão não sistemática. “A revisão sistemática refere-se ao processo completo de seleção, de avaliação e de síntese das evidências sobre uma determinada questão” (MAINARDES, 2021, p. 18). Esse tipo de revisão visa principalmente reduzir ao mínimo a chance de erro sistemático, excluindo estudos com alto risco de viés.

Em nosso esforço de evitar equívocos, tais como os referidos por Alves (1992), aprofundamos o diálogo com a perspectiva teórica e metodológica apontada por Mainardes (2021). Os estudos que visam produzir estado da arte e estado do conhecimento são mais abrangentes, pois buscam apresentar a situação das pesquisas sobre um determinado campo, subcampo ou temática. Enquanto a metapesquisa busca explicar o processo de pesquisa sobre um campo ou uma área ou tema; a revisão de literatura visa identificar pesquisas sobre um determinado tema, sintetizando os resultados; as pesquisas de estado da arte e estado do conhecimento visam “realizar uma apreciação crítica dos trabalhos de um campo, subcampo ou temática” (MAINARDES, 2021, p. 18).

A metapesquisa ou pesquisa sobre pesquisa privilegia aspectos teóricos e epistemológicos para apontar pontos fortes, fracos e tendências das pesquisas, contribuindo para o fortalecimento do campo e para o aumento do rigor e da cientificidade por meio da identificação dos níveis de abordagem e de abstração: 1) pesquisa descritiva; 2) pesquisa analítica; 3) pesquisa compreensiva. O referencial fundamental da metapesquisa é interdisciplinar, plural e busca combinar vigilância epistemológica, reflexividade, discurso horizontal e vertical, gramáticas fortes e fracas, teorização combinada e teorização adicionada, epistemologias profundas e de superfície, bases ontológicas, eventos, mecanismos e estruturas.

Esse conjunto variado de conceitos/categorias oferece uma linguagem de descrição para uma análise crítica dos trabalhos, constituindo um procedimento de metapesquisa crítica. Deve-se destacar que a metapesquisa requer ainda conceitos e categorias mais específicos, relacionados à temática investigada. Por exemplo, uma metapesquisa sobre políticas curriculares demandará a utilização de teorias de currículo, tipos de políticas curriculares etc. (MAINARDES, 2021, p. 21).

Nas pesquisas em educação isso possibilita descrever analisando e analisar descrevendo sempre de maneira crítica e vigilante. Dependendo dos sujeitos, das temáticas e das áreas investigadas será necessário mobilizar conceitos próprios e categorias específicas. Tendo em vista esse percurso metodológico, retomamos a base de dados das pesquisas sobre criança,

infância e Educação Infantil entre os anos de 2006 e 2021 e perguntamos: quais pesquisas compõem essa base de dados e relacionam infância, educação popular e movimentos sociais? Como as crianças que vivem suas infâncias nas periferias em contextos de pobreza e de vulnerabilidade aparecem nas pesquisas do campo? No conjunto de 2.246 (dois mil, duzentos e quarenta e seis) trabalhos catalogados, encontramos 6 (seis) que abordam especificamente essa relação: a dissertação de Barbosa (2018); a tese de Rosa (2011); os trabalhos completos apresentados na ANPEd de Santos (2015), Tavares (2015), Macedo e Alencar (2021); e o artigo científico de Maudonnet (2020).

É preciso sinalizar que, muitas vezes, os estudos sobre crianças pobres e periféricas são realizados a partir de paradigmas científicos eurocêntricos. Sobretudo com as crianças das periferias das grandes cidades, podemos pesquisar a partir de perspectivas epistêmicas e políticas decoloniais. É o que mostram Macedo e Alencar (2021), que mergulharam nas periferias do Rio de Janeiro e buscaram escutar as vozes dos sujeitos fazendo, ao mesmo tempo, como estratégia descolonizadora, pesquisa e formação, formação e pesquisa de todos os envolvidos. A articulação entre teorias e práticas pedagógicas na Educação Infantil pública e emancipadora, segundo os autores, pode garantir a efetivação de um projeto político e pedagógico incluyente e democrático de educação das infâncias populares, pobres e crianças filhas das classes trabalhadoras.

Nas pesquisas com as crianças da periferia e com suas famílias é preciso considerar os seres-sujeitos participantes como sujeitos ativos e atuantes na construção e na organização dos dados. Na perspectiva da educação popular e dos movimentos sociais, Barbosa (2018) realizou seu estudo entrevistando e dialogando para sistematizar e categorizar as informações. Ele estudou ainda documentos, como planos, relatórios, livros e artigos a partir dos princípios do pensamento freiriano que orientam os educadores populares em suas práticas de filosofia com crianças, possibilitando a elas que pensem e repensem seus lugares de sujeitos no processo de formação.

Rosa (2011) estudou os movimentos populares na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, por meio de metodologias qualitativas, como entrevistas e a análise de documentos. Ao ouvir e conversar com jovens entre 16 e 25 anos, que frequentaram a escola do CAC de dois a oito anos letivos, de 1989 a 1999, a pesquisa evidencia a relevância do atendimento educacional das crianças que moram nas periferias das grandes cidades brasileiras. Autores como Vygotsky, Charlot, Lahire, Bruner e Freire foram companheiros na caminhada. Santos (2015) também estudou a trajetória histórica da Educação Infantil na Baixada Fluminense inserida no contexto do cenário político brasileiro e mostrou que o movimento

comunitário atuou e atua para pressionar os órgãos competentes no sentido de garantir o atendimento de suas reivindicações. Sendo assim, a Educação Infantil Comunitária na Baixada, conforme analisa o autor, é herdeira do processo de conquista do direito ao atendimento das crianças de zero a seis anos em instituições educacionais, com base na CF/1988, do ECA/1990 e da LDB/1966.

O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) também atua buscando incidir sobre as políticas públicas da área. Em seu estudo, Maudonnet (2020) mostrou como o MIEIB em 20 anos de luta se organiza e define estratégias de ação junto aos governos municipais, estaduais, distrital e federal. A realização de entrevistas em profundidade permitiu à autora analisar como esse movimento incorpora teorias que discutem as relações e interfaces entre movimentos sociais e políticas públicas. A capacidade de ação/organização dos agentes políticos que ocupam espaço nas instâncias do poder público estatal e dos atores sociais que atuam nos movimentos sociais vai definir e repercutir no grau de interações socioestatais entre o MIEIB e instâncias governamentais.

A atuação dos movimentos sociais e comunitários pela conquista do direito das famílias de que suas crianças sejam atendidas nas creches e nas instituições educacionais foi analisada por Tavares (2015), que estudou o Movimento de Articulação das Creches de São Gonçalo desde o início da década de 1980. A autora inventariou e atualizou a luta dos movimentos sociais na construção de pautas coletivas direcionadas ao poder público e a instituições da sociedade civil da cidade que apresentam grande contingente de crianças de zero a três anos de idade. Do total de crianças dessa idade nascidas em São Gonçalo, apenas 5% são atendidas em escolas/creches públicas e/ou conveniadas de Educação Infantil. Essa realidade precisa ser mais pesquisada e compreendida a partir de um mapeamento pormenorizado dos estudos já desenvolvidos, conforme buscamos indicar/sinalizar no contexto da metapesquisa que estamos desenvolvendo.

Conclusão final, mas provisória

A metapesquisa permite mapear e analisar o conjunto da produção de uma determinada área, campo e/ou temática científica. Nesse texto, procuramos mostrar o contexto e a relevância das pesquisas para, com e sobre criança, infância e Educação Infantil, apontando a pouca presença de pesquisas que relacionam esse campo de estudo às questões que emergem da interface entre infância, educação popular e movimentos sociais. Fica apontada essa importante lacuna para que possamos fortalecer aqueles e aquelas que já se dedicam à realidade vivenciada

pelas crianças pobres e periféricas desse imenso Brasil. Se a maioria da população brasileira vive em situação de pobreza, a maioria das crianças vive a mesma situação. Como justificar que apenas e tão-somente a minoria das pesquisas do campo dos estudos da infância se dedique à maioria das crianças brasileiras?

Na atual configuração das ciências humanas, sociais, sociais aplicadas, linguística, letras e artes – as CHSALLA –, essa temática se faz urgente, sobretudo considerando a relevância acadêmica, pedagógica e social das pesquisas desenvolvidas nessa área da produção científica brasileira. Assim, a produção, a organização e a consolidação de bases de dados a partir dos objetivos da metapesquisa como pesquisa sobre pesquisa se tornam um caminho bastante profícuo quando buscamos valorizar, fortalecer e qualificar os projetos de investigação que pretendemos realizar em diálogo com a realidade da maioria das crianças brasileiras.

Constatamos, por meio do exame da base de dados, que inclui 2.246 trabalhos de pesquisa sobre criança, infância e educação infantil, que apenas seis estudos tematizam especificamente a relação entre educação popular, movimentos sociais e infância. Concluimos que a metapesquisa ou pesquisa sobre pesquisa é relevante para conhecer, valorizar, fortalecer e qualificar as investigações que estamos conduzindo nas universidades brasileiras e em outros centros de pesquisa, sobretudo considerando a realidade das crianças que moram em acampamentos e assentamentos nas áreas rurais e que vivem situações de pobreza e de vulnerabilidade nas periferias urbanas.

Aprendemos com Macedo e Alencar (2021) a conhecer as infâncias populares, pobres e as crianças filhas das classes trabalhadoras. Com Barbosa (2018) aprendemos como educadores populares desenvolvem suas práticas de filosofia com crianças, inspirados em Paulo Freire. Com Rosa (2011) vimos como o movimento comunitário atuou e atua para pressionar os órgãos competentes no sentido de garantir o atendimento a suas reivindicações, pois a Educação Infantil da Baixada Fluminense é herdeira do processo de conquista do direito ao atendimento. Com Maudonnet (2020) aprendemos que movimentos sociais como o MIEIB incidem no grau das interações que acontecem entre a sociedade organizada e as instâncias governamentais. Com Tavares (2015) compreendemos que mesmo com a força relevante do Movimento de Articulação das Creches de São Gonçalo no Rio, apenas 5% do total de crianças de zero a três anos de idade são atendidas em escolas/creches públicas e/ou conveniadas de Educação Infantil naquela cidade.

Para conhecer a maioria das crianças brasileiras, precisamos de todos os pesquisadores e pesquisadoras. Nesse sentido, a aproximação entre estudos da infância, educação popular e movimentos sociais é imprescindível. A construção e a utilização de bases de dados, como

procuramos demonstrar, possibilitam a realização de metapesquisas, favorecendo o exame crítico da caminhada já trilhada em nossas investigações, apontando lacunas e tendências, fortalecendo o campo de estudo, garantindo rigor e cientificidade, identificando níveis de abstração e de abordagens descritivas, analíticas e compreensivas. No caso da educação popular e dos movimentos sociais, o lugar das crianças pobres e periféricas ainda precisa ser garantido no campo dos estudos da infância para que possamos sair da noção genérica e abstrata para a realidade concreta e real de como as crianças brasileiras vivenciam suas infâncias em diversos contextos socioculturais.

Referências

ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/990>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BARBOSA, C. M. **O ensino de filosofia e a formação do ser-sujeito-criança na educação de Paulo Freire**. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10906>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil**. Brasília - DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/CGEE-2020-CHSSALLA.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. Doi: 10.1590/S1413-24782006000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WM3zS7XkrRpgwKWQpNZCZY8d/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2018.

ESTADÃO. Presidente da SaferNet relata ameaças após evento no TSE e se refugia na Alemanha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,safernet-thiago-tavares-presidente-tse-fake-news,70003919318>. Acesso em: 26 maio 2022.

MACEDO, N. A.; ALENCAR, C. S. Por uma Educação Infantil pública como direito e resistência: uma abordagem descolonizadora em periferias urbanas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais [...]**. Belém: ANPED, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_43_21. Acesso em: 26 maio 2022.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 19-44, 2021. Doi: 10.1590/0104-4060.59762. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/L4GSjqQfPYz4whXWwHYmYgv/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

MAUDONNET, J. V. M. O movimento interfóruns de educação infantil do Brasil (MIEIB) e seus efeitos nas políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Doi: 10.1590/ES.224566. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sWqYfz4spW9BR7FVVtc6Yqp/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2022.

OLIVEIRA, M. J. G. (Coord.). **Diagnóstico da situação atual das CHSSALLA brasileiras**: Projeto Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/4104_Diagnostico+CHSSALLA+final+vs+12.03.20_COMPLETO+2.0.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. Unicef: 69 milhões de crianças vão morrer de causas evitáveis até 2030. **ONU News**, 28 de junho de 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2016/06/1177491>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PINTO, W. C. F.; BATISTA, R. L.; BATISTA, J. R. Diagnóstico das ciências humanas, sociais aplicadas, linguística, letras e artes (CHSSALLA) no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 419-427, jan./abr. 2021. Doi: 10.11606/0103-2070.ts.2021.180061. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/180061>. Acesso em: 6 dez. 2021.

REIS, R. R. Migrações: casos norte-americano e francês. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 59-74, ago. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10147>. Acesso em: 6 dez. 2021.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: EdUFSC, 1999.

ROCHA, E. C. 30 anos da educação infantil na ANPED. In: SOUZA, G. (Org.). **Educar na infância**: perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSA, M. C. C. **A escola da infância narrada na juventude por ex-alunos do Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti (CAC)**. 2011. 314 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-06122011-103109/pt-br.php>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SAFERNET BRASIL. Disponível em: new.safernet.org.br. Acesso em: 3 jan. 2022.

SANTOS, E. C. Iniciativas populares: o movimento comunitário e a Educação Infantil na Baixada Fluminense. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/iniciativas-populares-o-movimento-comunitario-e-educacao-infantil-na-baixada>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SAVE THE CHILDREN. Disponível em: <http://www.savethechildren.org/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SOARES, A. S. As crianças, suas infâncias e as instituições de educação infantil: reflexões a partir do pensamento de Hannah Arendt. *In*: BORGES, B. G.; SILVA, S. P. (org.). **Filosofia da Educação e formação de professores**: contribuições da Filosofia para pensar a Educação. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. p. 83-118.

SOARES, A. S. Educação infantil e pesquisa acadêmica: dilemas visíveis e invisíveis. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 49-63, jul./dez. 2016. Doi: 10.14393/REP-v15n22016-art04. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/34581>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SOARES, A. S. Criança, infância e educação infantil: pressupostos das pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Doi: 10.1590/0104-4060.64831. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/DMMcHwJ45LWkkdKLMxxxynk/?lang=pt>. Acesso em: 6 dez. 2021.

TAVARES, M. T. G. Movimentos sociais e a luta por creches no Rio de Janeiro: a experiência das creches comunitárias em São Gonçalo. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPEd, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3901.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Submetido em 14 de janeiro de 2022.

Aprovado em 18 de março de 2022.